

PARENTESCO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: A FORÇA DO *CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR* NA 54ª LEGISLATURA NO CONGRESSO NACIONAL¹

José Marciano Monteiro²

- Enviado em 17/04/2016
- Aprovado em 20/05/2016

RESUMO

Nas últimas legislaturas tem-se observado, a partir dos dados do DIAP (2014) e do TSE (2015), que a bancada de parentes tem aumentado nos mais variados cargos de representação política da república brasileira. A proposta busca estabelecer relações entre parentesco e representação política de forma que nos possibilite apresentar a relação entre recrutamento de lideranças políticas e *capital político familiar* na 54ª Legislatura Congresso Nacional. Tomar-se-á a 54ª Legislatura Congresso Nacional como objeto de análise. Trata-se de entender até que ponto o *capital político familiar* importa à formação do recrutamento de quadros para representação política no interior do Congresso Nacional? Em termos metodológicos far-se-á uso de genealogias, pesquisa documental e estatística descritiva. Pretende-se, assim, demonstrar a força do *capital político familiar*, enquanto categoria analítica, capaz de explicar o acesso de parte significativa de parlamentares ao Congresso Nacional.

Palavras-chave: Parentesco. Representação Política. Capital Político Familiar

INTRODUÇÃO

A democracia se tornou um dos temas centrais da teoria política contemporânea e indiretamente as agendas referentes às eleições, processos decisórios, elites, participação. Agendas como participação, eleição e constituição de elites são pertinentes à democracia desde o experimento grego. Algo que se constata nas democracias contemporâneas, e que, portanto, não se

¹ Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada no GT1: INSTITUIÇÕES E PODER: PARENTESCOS E GENEALOGIAS do VII Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR realizado de 11 a 13 de maio de 2016 em Curitiba.

² Professor de Sociologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFCG. Doutorando em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS, da Universidade Federal de Campina – UFCG. Pesquisador do Grupo de pesquisa Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas Políticas. Email: jm.monteiro17@gmail.com.

constituíam na experiência grega clássica, é “o parlamento como colégio de representantes e o processo eleitoral” (MIGUEL, 2014, p.12). Uma das características centrais das democracias contemporâneas é a *representação política*.

A *representação política* encerra-se numa contradição na qual a democracia enquanto governo do povo não é governada pelo povo, mas por uma minoria que é eleita pelos cidadãos, através do recrutamento partidário que seleciona. A questão que se coloca é: como se dá o processo de recrutamento dessa minoria que governa? Que mecanismos são utilizados para o processo de recrutamento?

A proposta busca estabelecer relações entre *parentesco e representação política* de forma que nos possibilite apresentar a relação entre recrutamento de lideranças políticas e *capital político familiar* na 54ª Legislatura Congresso Nacional, tendo como base os representantes da Paraíba. Tomar-se-á a 54ª Legislatura Congresso Nacional como objeto de análise, porém sem que tenha a pretensão de fazer uma análise aprofundada. Busca-se tão somente trazer alguns elementos que possibilite pensar a representação a partir da constituição dos capitais e da rede de parentesco.

1. FAMÍLIA COMO PALAVRA DE ORDEM

A perspectiva da nova historiografia política corrobora com a perspectiva da sociologia relacional, no sentido de pensar a família enquanto uma *palavra de ordem*, uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva, uma ficção bem fundamentada, que contribui “para reproduzir a categoria social objetiva” num círculo de reprodução da ordem social. A família passa ser entendida como um verdadeiro trabalho de instituição, no sentido de instituir, inculcar, nos corpos e nas mentes dos sujeitos, modos de ser, de pensar, de agir e de sentir. É esta palavra de ordem que visa assegurar sentimentos de integração, “que é a condição de existência e de persistência dessa unidade”, impondo “nome de família” e “casamento” (ALVES, 2015).

A família como “forma social” em permanente processo social de construção. Família enquanto constructo social que articula e fundamenta um conjunto de discursos na intersecção entre poder e saber que fundamentam ações e projetos com sentidos específicos e dirigidos para os mais variados grupos sociais existentes na sociedade. Ou seja, categoria social formada em contextos sociais, políticos e econômicos específicos, que possuem matrizes de percepções e formas de atuação de acordo com os contextos nos quais se encontram inseridas.

O grupo familiar existe enquanto criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes. Os interesses dos grupos familiares são múltiplos. Numa ordem societária capitalista, a

ampliação do capital econômico se torna um dos interesses centrais. E o *capital político familiar* é um desses capitais que se converte em capital econômico. É a esfera da política um dos espaços em que a família torna-se estratégica no sentido de ampliação dos capitais: político, econômico e familiar. Alves (2015) nos informa que

“Numa estrutura em que o capital econômico prevalece, a família, enquanto corpo com sentimentos recíprocos de proteção, os levaria a perpetuar, ou mesmo ampliar as conquistas já adquiridas, protegendo os seus próprios membros. (ALVES, 2015, p. 28)

Isto, em certo sentido, torna-se empiricamente testado quando Linda Lewin (1993), em estudo realizado sobre família e estrutura de poder na Paraíba, investiga a oligarquia dos Pessoa, em fins do século XIX e início do século XX. A família pessoa detinha o poder político local, estadual e federal. A estudiosa investiga as redes de parentesco e, conseqüentemente, de poder que esta família mantinha com os ramos das famílias Neiva, Lucena e Cavalcanti de Albuquerque. A abordagem de Lewin (1993) é focada nas estruturas de parentesco e no fenômeno da parentela, que consistiria em grupos ligados por uma extensa família não só através de laços consanguíneos, mas por membros que formavam o núcleo dos seguidores políticos da oligarquia estadual: amigos; agregados, apadrinhados. Trata-se, assim, de uma complexa “rede política entrelaçada que assegura os interesses e garante a sustentação da oligarquia”. (LEWIN, 1993, p. 10)

Demonstrando a força da estrutura familiar e da estrutura de parentesco no campo político e econômico, Teruya (2002) em estudo sobre a família Maia de Catolé do Rocha, tendo os registros de nascimento, casamento e de testamento, entre outros, como fontes de investigação, demonstra como há continuidade do poder através das relações de parentesco no decorrer de um século, compreendido de 1870-1970. Contemporaneamente, Oliveira (2012) tem investigado essas estruturas de parentesco e familiar no Estado do Paraná, bem como Grill (2003) tem investigado as relações entre parentesco e partidos no Rio Grande do Sul.

Em estudo recente, no trabalho que desenvolvi na tese, construir as redes de parentesco construídas ao longo da história, detendo-me ao período de 1985-2015, o que se convencionou de Segunda República. O Estudo evidenciou uma forte relação entre *parentesco e representação política*, tendo como elemento constitutivo as forças que são exercidas pelos capitais. Nesse sentido, a importância de estabelecer a relação entre *parentesco e representação política*, tendo nas democracias contemporâneas a configuração de regime político construído a partir da representação.

2. PARENTESCO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

No livro “*Democracia e representação: territórios em Disputa*”, Luis Felipe Miguel (2014) aborda a temática da representação política nas democracias contemporâneas apresentando e pontuando quatro problemas que estão relacionados à democracia e a representação política, são eles:

1) A separação entre governantes e governados. As decisões políticas tomadas por um pequeno grupo e não pelo conjunto das pessoas que formam o território;

2) A formação de uma elite política distanciada da massa da população. O que tem possibilitado a um grupo de governante exercer permanentemente o poder através de seus interesses, muitas vezes contrários ao interesse da população. Essa elite não representa proporcionalmente os estratos diversos existentes na sociedade;

3) Ruptura do vínculo entre vontades dos representados e a vontade dos representantes. Por advirem de contextos sociais muitas vezes diferentes e pertencerem a estratos de classes diferentes, possuem *habitus* de fração de classes diferentes, no sentido aqui empregado por Bourdieu. Os representantes, em sua grande maioria, não possuem a filiação político-ideológica dos representados. Não possuem o mesmo *habitus* e posição de classe. E, por último, e não menos importante possuem e estabelecem:

4) Distâncias entre a afirmação do compromisso por parte do eleitor para com o candidato no período eleitoral e a afirmação deste no decorrer do mandato; (MIGUEL, 2014)

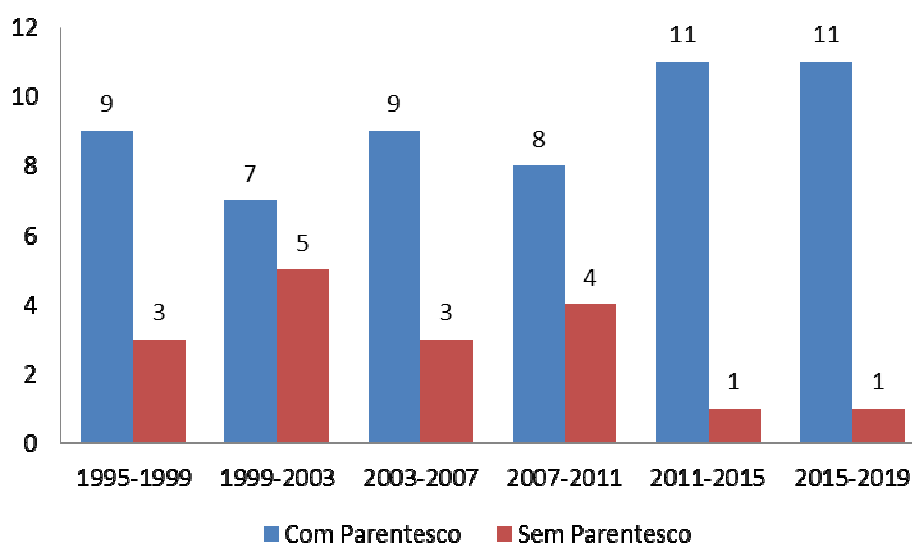
Miguel (2014) aponta elementos importantes para analisar a *representação política* de forma crítica, utiliza o conceito de elite para operacionalizar os processos de dominação que se instauram na sociedade capitalista. Porém não as relaciona aos interesses de classe. Sabe-se que a ação das elites em nosso país relaciona-se aos interesses da classe dominante (elite política e elite econômica se imbricam, muitas vezes, no que diz respeito aos seus interesses).

Se por um lado tornou-se extremamente legítimo a Ciência Política se debruçar sobre a agenda temática da democracia, por outro não há como pensar o fortalecimento da democracia sem discutir a *representação política* (qual a relação dos representantes políticos para com os representados? Que interesses defendem? Quanto custou a campanha? Quem as financiou?). Estas são questões essenciais que perpassam pela discussão acerca da qualidade dos representantes, visto que, em uma república, aos representantes caberá defender pautas que visem o bem comum.

A *representação política*, aos moldes que tem sido constituída em nosso país, tende a por em cheque o próprio sistema democrático. Nestes termos, pensar a *representação política* é ir além; é pensar as democracias contemporâneas. Estas não podem ser compreendidas sem aquelas. Assim, o *recrutamento parlamentar* está intimamente relacionado à *representação política*. É por meio do *recrutamento parlamentar* que se constitui os representantes políticos da democracia brasileira. Nesse sentido, acredito que: a) Só uma *teoria crítica da representação política* e uma *teoria crítica da democracia* serão capazes de desvelar os processos desiguais do *recrutamento parlamentar* e as consequências destes para o regime democrático; b) Esta perspectiva de análise não é possível se não por meio de uma compreensão da *representação política* que leve em consideração as posições que os agentes ocupam no campo de disputas políticas.

A bancada da Paraíba, na 54ª Legislatura na Câmara Federal, possui dos 12 parlamentares 11 que estão vinculadas as redes de parentesco político no Estado, são eles: Ruy Manoel Carneiro Barbosa de Aça Belchior (PSDB), Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro (PP), Romero Rodrigues da Veiga (PSDB), Benjamin Gomes Maranhão Neto (SD), Hugo Mota (PMDB), Nilda Gondim (PMDB) Manoel Júnior (PMDB), Wellington Roberto (PR), José Wilson Santiago Filho, Damião Feliciano (PDT), Efraim Filho (DEM). A figura abaixo nos apresenta uma série histórica da bancada. Ou seja, não se trata de um fenômeno de um mandato isolado. Trata-se de um fenômeno que tem aumentado a representação com base em parentesco no decorrer da série histórica.

Figura 1 – Relação de Parentesco dos Parlamentares na Câmara dos Deputados/Paraíba (1995-2015)

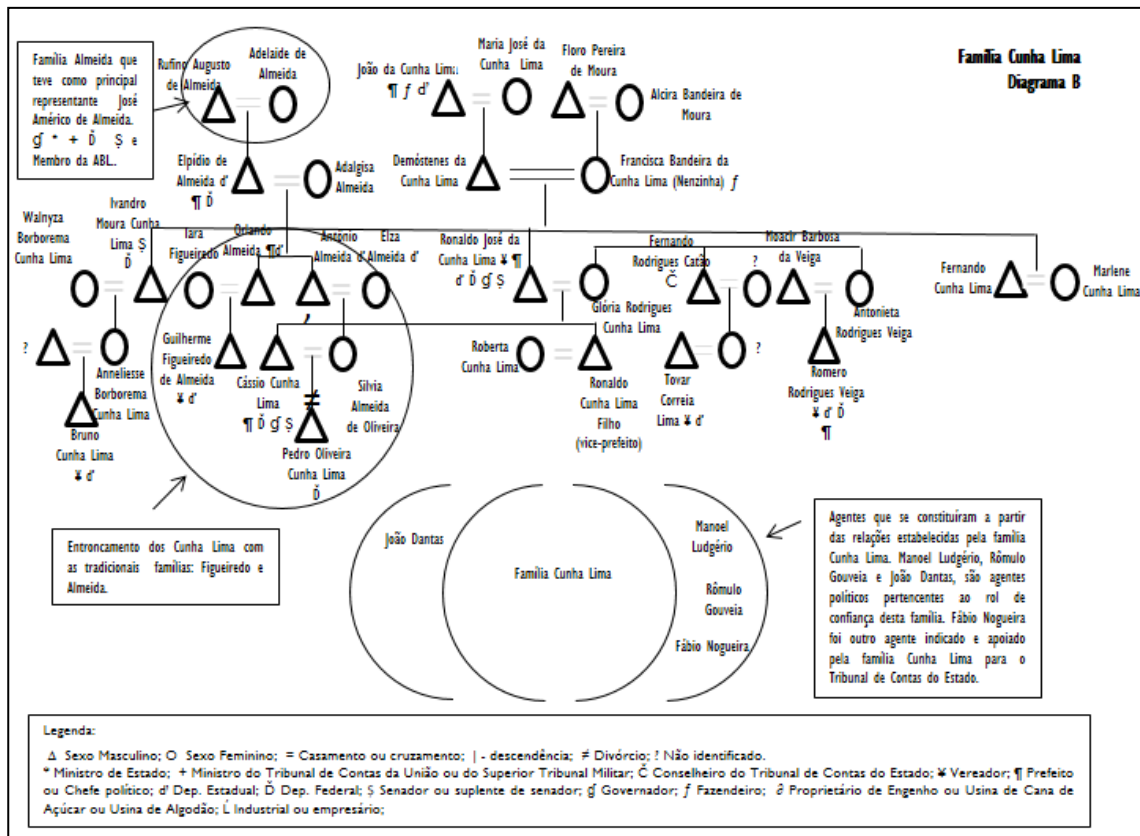


Fonte: Dados compilados pelo autor, a partir do TSE/DIAP (2015).

Vê-se que, há aproximadamente três décadas, a bancada continua sendo representada por herdeiros das famílias que constituíram desde 1930 as oligarquias do Estado. Os agentes que representam na 54ª legislatura se repetem, pelos sobrenomes e quando não os mesmos nomes, na legislatura seguinte. Assim, parentesco e representação, passam a se tornar um casamento lucrativo no contexto em que as campanhas são financiadas por empresas. Mais que simples relação, constitui estruturas de poder ancoradas em capitais econômico e familiar. A construção de uma teoria crítica da *representação política* deve ser desenvolvida levando em consideração a análise acerca dos capitais. É o volume dos capitais acumulados historicamente, como sugere Bourdieu, que nos tem permitido observar a posição que o agente ocupa no campo. Assim fazem-se necessários compreender os capitais como elementos de diferenciação e como um recurso que tem possibilitado o acesso dos agentes à *representação política*, por meio de processos de recrutamento que tem no capital econômico e político-familiar (que se estrutura por meio das redes de parentesco) os principais distintivos que potencializam historicamente o acesso ao Congresso.

A análise acerca do *recrutamento parlamentar* e, por conseguinte, a *representação política*, numa perspectiva de uma teoria crítica da democracia, deverá indubitavelmente se constituir por meio de uma investigação que terá na *genealogia* e na *história*, bem como na *economia* e na *estatística*, as ferramentas que permitem identificar a estrutura de poder e o volume dos capitais dos agentes que representa o “povo” brasileiro no Congresso Nacional. *Tal entendimento permitirá a constituição de um método capaz de aproximar e mensurar o peso dos capitais de acordo com a posição que os agentes que historicamente ocupam no campo.* A figura abaixo (diagrama B) exemplifica estrutura de poder construída por uma das famílias que se encontram com representantes nas duas casas legislativas da segunda república.

Figura 2: Diagrama “B” da Família Cunha Lima (1870-2015)



Fonte: Construída pelo autor, a partir de biografias, entrevistas e pesquisa junto aos blogs, 2015.

A estrutura de poder montada pelo grupo Cunha Lima na prefeitura do segundo maior colégio eleitoral e no executivo estadual, quando à época teve pai e filho, respectivamente, a frente destes poderes possibilitou construir uma rede de agentes vinculados ao grupo familiar que vão do legislativo municipal a Câmara Federal e ao Senado, perpassando pelos principais órgãos de controle do Estado como o Tribunal de Contas do Estado, no qual a família tem dois representantes Fernando Rodrigues Catão e Artur Paredes da Cunha Lima. O primeiro, tio do atual Senador da República Cássio Cunha Lima (PSDB); e o segundo, primo legítimo de seu pai Ronaldo Cunha Lima. Além desses e constituído nos espaços de socialização do Senador Cássio Cunha também fora nomeado Fábio Túlio Figueiras Nogueira para o cargo de Conselheiro do TCE-PB.

A família Cunha Lima também possui um entroncamento com as tradicionais famílias que administraram o município de Campina Grande. O Senador Ivandro Cunha Lima casou-se com Walnyza Borborema Cunha Lima, pertencente à família do ex-prefeito Vergniaud Borborema

Wanderley que governou Campina Grande de 1935-1938 e de 1940-1945. O atual deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB) é filho de Silvia Cunha Lima. Sua mãe é neta do ex-prefeito de Campina Grande Elpídio de Almeida (1947-1951; 1955-1959), pertencente a tradicional família de José Américo de Almeida, ex-governador, ex-ministro de Estado e ex-senador. O tio de Silvia Cunha Lima, Orlando Almeida, pai do ex-deputado estadual, Guilherme Almeida, fora o vice-prefeito de Ronaldo Cunha Lima em 1969, quando este fora cassado. Orlando Almeida, por sua vez, casou-se com Iara Figueiredo, filha do ex-governador e ex-senador da Paraíba Argemiro de Figueiredo.

A figura 2, por meio do diagrama B, apresenta-nos que atualmente, a família Cunha Lima se apresenta como uma das mais poderosas famílias do Estado em termos de inserção de agentes na máquina pública ocupando cargos estratégicos. Além do atual Senador Cássio Cunha Lima, a família também administra e controla os recursos do segundo maior colégio eleitoral do Estado, bem como apresenta dois familiares na Assembleia Legislativa estadual e um na Câmara Federal. Soma-se a isso o fato de ter constituído agentes que historicamente estão alinhados ao grupo por meio da parentela, que são os agentes Tovar Correia Lima, deputado estadual, casado com a filha de um dos Conselheiros do Tribunal de Contas, Fernando Rodrigues Catão. Ainda é possível identificar agentes que se constituíram politicamente no seio da família Cunha Lima: Rômulo Gouveia, Manoel Ludgério, João Dantas, e Fábio Nogueira. Agentes estes que estão em cargos de representação municipal, estadual e nacional, bem como em órgãos de controle, o que só amplia o poder de influência desta família.

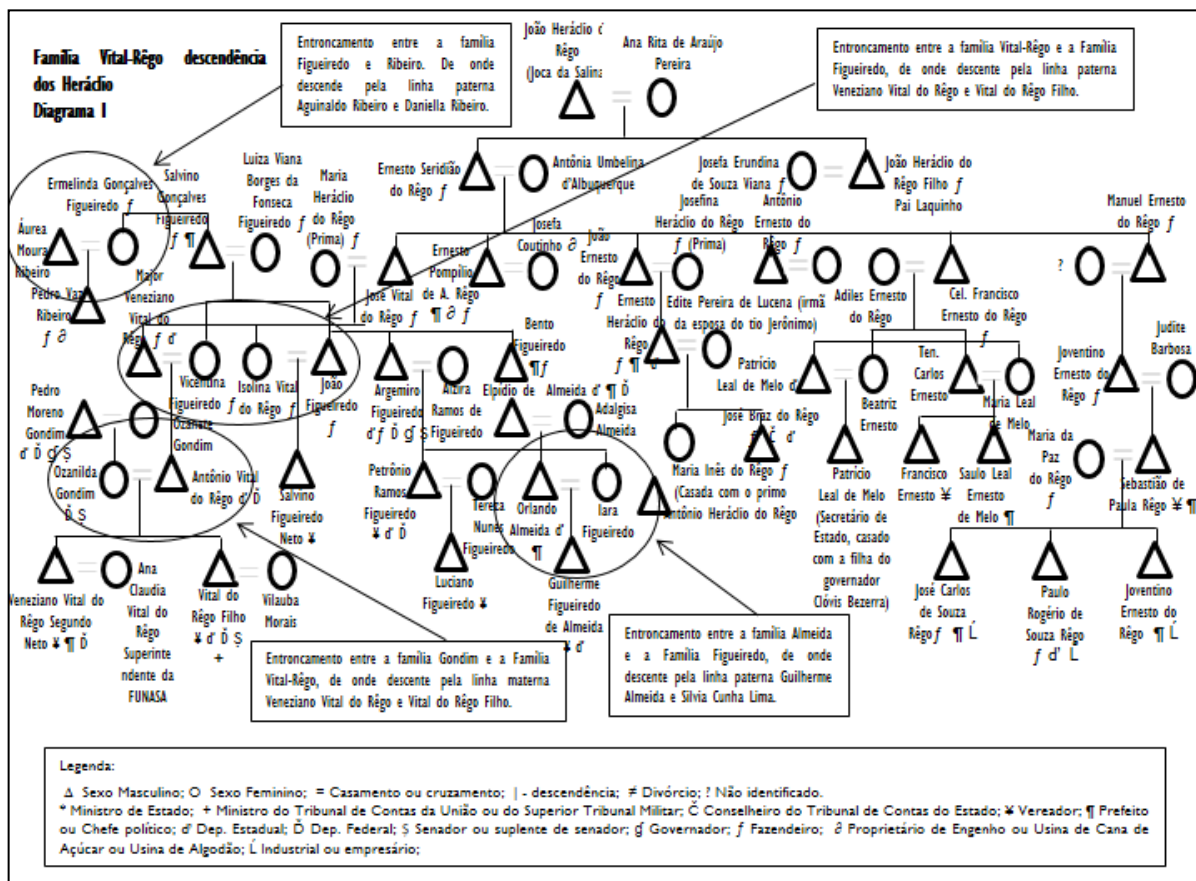
Esta configuração de *parentesco e representação política* também pode ser visualizada na família Vital-Rêgo, Maranhão, Ribeiro, Gadelha dentre outras. Esta estrutura de poder construída perpassa pelos 11 deputados que representam, conforme sinaliza a figura 1, o povo paraibano na Câmara Federal. Alguns dos que se encontram nessa representação são herdeiros de oligarquias que ultrapassam o período republicano, chegando inclusive ao período colonial.

A figura 3 e 4 (Diagrama “I” e Diagrama “II”) ilustra o poder constituído ao longo do século pela família Vital-Rêgo e a herança política constituída desde os coronéis. Tal representação por meio de diagramas representa que a estrutura de poder político e econômico se constitui, por meio de entroncamento entre as principais “famílias políticas” do Estado. A Família Vital-Rêgo é originária do Estado de Pernambuco e estende seu domínio para a Paraíba por meio do controle das terras do cariri e terras no território da Borborema nos atuais municípios de Queimadas, Fagundes e Campina Grande (REGO, 2008).

A figura 3, diagrama “I”, apresenta-nos o poderio construído por essa família ao longo do tempo. Trata-se de uma das famílias que tem entroncamento no Estado da Paraíba com as tradicionais famílias dos dois ex-governadores do Estado: Argemiro de Figueiredo e Pedro Gondim. Família que historicamente manteve sob o seu domínio diversos municípios na região do cariri com destaque para os municípios de Queimadas, Boqueirão e Fagundes. Elegendo nesses municípios prefeitos e vereadores e controlando os orçamentos destes.

O diagrama “I”, representado na figura 3, apresenta-nos a descendência da família Vital-Rêgo e a estrutura de poder por esta família construída em seis gerações. Mostra-nos, ainda, o entroncamento entre esta família e duas famílias tradicionais no Estado da Paraíba. Por meio do casamento dos filhos dos dois coronéis, filha do Cel. Salvino Figueiredo, Vicentina Figueiredo, com o filho do Cel. José Vital do Rêgo, Veneziano Vital do Rêgo, e de João Figueiredo com Isolina Vital Rêgo, tornou-se possível o estreitamento e o fortalecimento da família Vital-Rêgo no Estado da Paraíba, visto que seu poderio já se encontrava no Estado vizinho, Pernambuco. Trata-se de uma família tradicional de latifundiários e de agentes que historicamente controlavam orçamentos de vários municípios do agreste pernambucano.

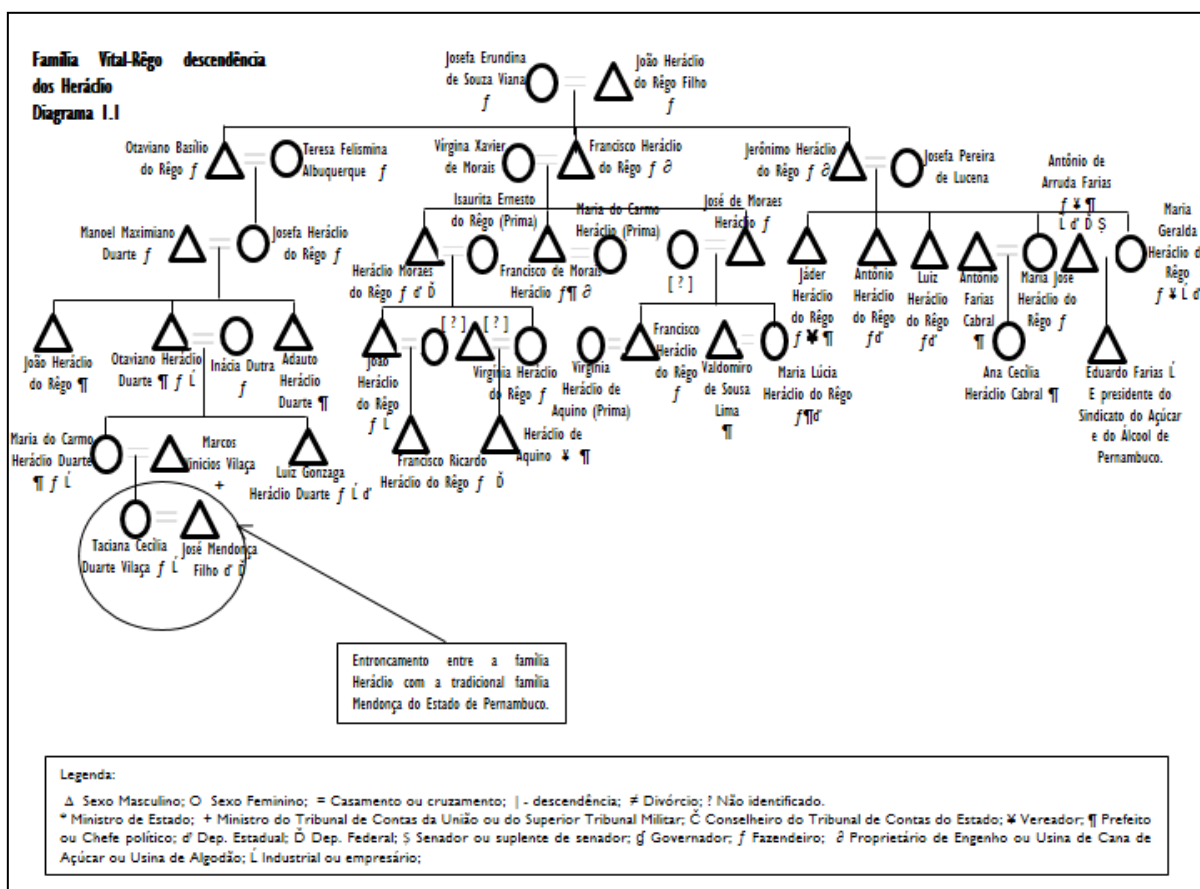
Figura 3: Diagrama “I” da família Vital-Rêgo descendência dos Heráclio e o entroncamento com a tradicional família Figueiredo e a família Gondim.



Fonte: Construída pelo autor a partir de biografias, entrevistas, pesquisa junto a *blogs*, tendo como base as árvores genealógicas elaboradas por RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder.** São Paulo, Girafa Editora, 2008.

Esta família se fortalece no Estado quando passa a ter seus herdeiros inseridos nos mais altos postos da Administração pública. O que lhes garante fortalecer a rede de dominação política por meio do capital econômico e do capital político-familiar acumulado historicamente pelo grupo. São inúmeras as prefeituras no Estado de Pernambuco que esta família passa a controlar no período da década de 1950 e 1960, principalmente através da força política do Cel. Francisco Heráclio do Rêgo, na região de Limoeiro, Bom Jardim, Surubim, Taquaritinga do Norte, dentre outros. O Cel. Francisco Heráclio, como é possível visualizar no diagrama “I1” é primo do Cel. José Vital do Rêgo e irmão de Maria Heráclio do Rêgo, ou seja, sua irmã é casada com o primo.

Figura 4: Diagrama “I1” descendência dos Heráclio no Estado vizinho Pernambuco



Fonte: Construída pelo autor a partir de biografias, entrevistas, pesquisa junto a *blogs*, tendo como base as árvores genealógicas elaboradas por RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder.** São Paulo, Girafa Editora, 2008

Esta parece ser uma das estratégias utilizadas por esta família na terceira geração exposta no diagrama “T”, “II”. Além do casamento dos primos José Vital do Rêgo e Maria Heráclio do Rêgo, também se teve o casamento entre os primos João Ernesto do Rêgo e Josefina Heráclio do Rêgo. Da união de José Vital do Rêgo e Maria Heráclio do Rêgo é que nasce o avô do atual deputado federal e que traz em nome o patronímico Veneziano Vital do Rêgo. Da união do segundo casal de primos, nasce Ernesto Heráclio do Rêgo, pai do ex-deputado estadual e conselheiro do tribunal de contas do Estado José Braz do Rêgo. Este primo de Antônio Vital do Rêgo, ex-deputado estadual e ex-deputado federal da Paraíba, casado com a filha do ex-governador da Paraíba Pedro Gondim, Nilda Gondim. Esta que atualmente se encontra como primeira suplente do Senador José Targino Maranhão.

Cel. Ernesto Heráclio do Rêgo, como ficara conhecido, era grande latifundiário que herdara da família e passara a administrar as terras situadas no cariri paraibano, mais especificamente, no município de cabaceiras onde se tornara chefe político e, posteriormente, após a emancipação passara a ser prefeito do município, antes povoado pertencente a Cabaceiras, Boqueirão. A família se estendera pelo cariri oriental, a partir da década de 1960, controlando as prefeituras de Queimadas, Boqueirão, Fagundes. Em Queimadas/PB o controle se dava por meio dos herdeiros do Cel. Francisco Ernesto do Rêgo e do Major Veneziano Vital do Rêgo. É do primeiro que sairá a liderança Carlos Ernesto que, embora não sendo o gestor dos recursos municipais, indicara quatro prefeitos vinculados à rede de parentesco da família Ernesto-Rêgo³.

De 1972 a 2012 praticamente o poder político no município de Queimadas/PB fora controlada por uma só família, tendo algumas exceções, mas que não conseguiram se contrapor aos nomes apresentados por esta família. Os herdeiros Saulo Ernesto e Sebastião de Paula Rêgo se reversaram no poder deste município por aproximadamente quatro décadas. O primeiro, filho de Carlos Ernesto; e o segundo, primo em segundo grau de Carlos Ernesto. Atualmente três filhos de Sebastião de Paula Rêgo participam das disputas políticas na região: Paulo Rogério de Souza Rêgo, conhecido na região, como Doda de Tião exerce, pela segunda vez, o cargo de deputado estadual; o

³ Ver: MONTEIRO, José Marciano. **Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família (s) Ernesto- Rêgo em Queimadas/Paraíba.** Dissertação de Mestrado, PPGCS: Campina Grande, 2009. (168p.)

seu irmão Joventino Ernesto do Rêgo que traz o patronímico do seu avô é o prefeito do município de Barra de Santana e o empresário e latifundiário, considerado um dos homens mais rico do município, José Carlos de Souza Rêgo, até bem pouco tempo fora prefeito de Queimadas (Figura 13; diagrama “I”).

A família Vital-Rêgo, como as demais famílias supracitadas, mantém forte imbricamento e inserção nas instâncias do Estado da Paraíba e Pernambuco. Tornando-se, assim, uma família poderosa em termos de capital político-familiar e capital social. Esta é uma das poucas famílias brasileiras que conseguiram atualmente ter, da mesma casa, agentes inseridos na câmara dos deputados, no Tribunal de Contas da União e no Senado. Ou seja, nas mais altas instituições de representação política e de controle da República brasileira.

A família Heráclio, da qual a família Vital-Rêgo desce, conseguiu emplacar dois agentes, pertencentes ao seio familiar, na mais alta instância de controle de contas da República – TCU. O primeiro deles foi o ex-ministro Marcos Vinícius Vilaça casado com Maria do Carmo Heráclio Duarte, bisneta de Otaviano Basílio do Rêgo. Otaviano é, portanto, irmão de Maria Heráclio do Rêgo, bisavô de Vital do Rêgo Filho. A filha do ex-ministro do TCU, Marcos Vinicius Vilaça é casada com José Mendonça Filho (DEM), ex-vice-governador e atual deputado federal por Pernambuco, conforme diagrama I, II. É uma família que tem como lócus de atuação nos dois Estados – Paraíba e Pernambuco – inserção e influência nos poderes legislativos e executivos, além de possuírem agentes inseridos na Câmara Federal e no Senado. Além de tribunais de contas e órgãos estratégicos de governo.

3. O PESO DA HERANÇA NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A inserção de agentes destas famílias das principais instituições representativas da “república brasileira” nos possibilita identificar a estrutura de poder e riqueza por elas acumuladas ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2012). Permitem-nos, ainda, perceber o nível da desigualdade que ocorrem nas disputas e a origem e as disparidades de renda e riqueza entre os agentes que representam e os agentes que são representados. Os diagramas, expostos nas figuras acima, nos permite visualizar que a distribuição da riqueza perpassa também por uma desconcentração de poder destes grupos. Tal estrutura de poder acumulado só ratifica que a análise liberal que tem o princípio da “isonomia” e o “discurso do mérito” como inspiradores da análise, por si, não é capaz

de desvendar as teias de nepotismo constituídas por estas famílias, e as formas camufladas de processos de dominação. Esse inexorável acúmulo de poder tem permitido no contexto da “nova República” a constituição de dinastias de herdeiros políticos que se reproduzem ao longo do tempo.

Estas famílias controlam historicamente os melhores empregos do Estado e da região que atuam, bem como estão em cargos eletivos e de representação política que vão desde o local ao nacional nos quais os “privilégios” se tornam regras e não exceções. O patrimônio político e familiar herdado por estes agentes tornam-se, no contexto da “segunda República”, como algo fundante de processos de desigualdades. São famílias inteiras, praticamente, que possuem os salários mais elevados nas regiões. Estes conquistados, quase sempre, pelo acesso que lhes são permitidos ao Estado pelo capital-político familiar e pelo expressivo volume de capital econômico.

Os herdeiros, quase sempre, além de herdarem o patrimônio político familiar do grupo, o que lhes permitem acessar aos postos de representação política de altos salários, também tem a possibilidade de herdar o patrimônio material que fora construída no decorrer de anos pelos seus ascendentes. Assim, tem a possibilidade de obterem altos salários que podem ser somados ao capital obtido na forma de lucros, dividendo, juros, aluguéis e outras rendas do capital (PIKETTY, 2014, p. 33) Vale destacar que, conforme salienta Piketty (2014), fortunas herdadas superam, quase sempre, a riqueza constituída durante uma vida de trabalho⁴.

As figuras, por meio da representação dos diagramas, possibilita-nos perceber que cada uma dessas famílias tiveram agentes nos mais altos cargos da “república brasileira”. Verifica-se, ainda, que são famílias que se constituíram no seio do Estado, tendo esta instituição como o principal *locus* de atuação, formando os herdeiros para aturem nesta instituição, garantindo, assim, os privilégios políticos da nobreza hereditária. Transmite-se o poder e patrimônio político familiar por meio do acúmulo constante de capitais pela lógica cultural da dominação simbólica, legitimando a herança como um fenômeno natural que se transmite quase que geneticamente de pai pra filho, de tio para sobrinho.

Com tal estrutura de poder constrói-se certa “nobreza”⁵ familiar da qual deverá sair os nomes. Ou seja, os verdadeiros herdeiros da *representação política*. Tornam-se, assim, por meio do acúmulo constante de capitais e de processos de violência simbólica, os detentores “legítimos” para a representação do poder no contexto da “nova República”. Daí decorre que, até o presente

⁴ Ver: PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. [Tradução de Monica Baumgarten de Bolle] – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 9-43.

⁵ A ideia de nobreza é construída e desenvolvida a partir da concepção que Bourdieu oferece, recuperando do latim, ou seja, o nobre, segundo o latim, é um *nobilis*, um homem “conhecido” e “reconhecido”. Ver. BOURDIEU, Pierre. **O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação**. Campinas, São Paulo, Papyrus, 2000, p. 60.

momento, o Estado continua sendo representado, controlado e dominado, por estas famílias⁶. Os principais cargos de representação no legislativo e o controle dos municípios da Paraíba encontram-se nas mãos dos herdeiros. A nobreza, portanto, enquanto “representantes legítimos”, “reconhecidos” pelo “nome” e “sobrenome” – controlando as mais variadas instâncias de poder político e agindo em mais variados espaços do poder público e nas instâncias estratégicas do mercado – apresentam-se como os donatários do Estado. O Estado, portanto, passa a ser dividido de acordo com as famílias que controlam as microrregiões do Estado. São verdadeiras dinastias políticas que se revezam no poder e dominam o Estado, recortando-o em pedaços por nomes de famílias.

Assim, encarar o *recrutamento político* tendo como instrumento metodológico a genealogia (OLIVEIRA, 2012), relacionando a historicidade dos grupos familiares e econômicos na constituição da classe política dominante e da classe reinante (OSÓRIO, 2015) possibilitará “entender a dinâmica da *representação política* e como ela se liga às diferentes assimetrias presentes na sociedade” (MIGUEL, 2014, p. 17).

Nesse sentido, é importante perceber como a problemática da *representação política* se coloca central no debate das democracias contemporâneas e nos contextos de crise. Em outro sentido, pode-se afirmar que democratizar os espaços da representação requer um entendimento acerca da produção social da *representação política*. Ou seja, requer respostas acerca das seguintes questões: quais agentes que ocupam parlamento na condição de representantes do povo? Quais são as suas trajetórias? A que famílias pertencem? Qual o volume de recursos gastos para ser eleito? Quem financiou suas campanhas? Que instituições públicas e/ou privadas o grupo e os familiares controlam em seus Estados? Tais questionamentos não serão possíveis de respondê-los sem que se insiram os agentes políticos na materialidade histórica da vida social. E também não são questões que se pretendem responder nesse *paper*. Porém, percebo que tais questões possibilita identificar os limites das teorias liberais que tem pensado a *representação política* e, conseqüentemente, a *democracia*.

A perspectiva liberal compreende a *representação política* a partir de uma concepção atomizada. O indivíduo como foco principal da *representação política*. Os indivíduos como representantes dos interesses do “povo”. “Povo” como sendo esta palavra vazia que pode ser utilizada por qualquer um representante, mesmo para propor proposta de projeto-lei contra o

⁶ O atual governador Ricardo Vieira Coutinho tem se tornado uma exceção, porém vê-se que se torna quase impossível alguém chegar ao governo sem o apoio destas famílias, vale salientar que a eleição de 2014, encontrava-se com Ricardo Coutinho a tradicional família Moraes e recebera no segundo turno o pai das tradicionais famílias Maranhão, Motta e Vital-Rêgo.

“povo”. Tal perspectiva destitui os indivíduos das determinações histórico-sociais, elevando-os a noção de indivíduos abstratos. Ao fazer isso, elimina os elementos essenciais. Posto que perde a dimensão histórica dos agentes. Os indivíduos são concebidos como “pessoas livres”, regidas por vontades meramente subjetivas. Não se leva em consideração as estruturas de poder que informam as suas vontades. A perspectiva liberal não compreende que o “representante”, antes de representar interesses individuais, representa interesses de “grupos” organicamente constituídos que se constituem por aproximação aos interesses no mundo social em que estão posicionados e situados. Eliminam-se, assim, as determinações socio-históricas, e passam a encarar os indivíduos como seres abstratos, esquecendo ou mesmo escondendo que os representantes, quase sempre, são os que “controlam os recursos materiais e simbólicos que ampliam a capacidade de influência na produção das preferências alheias” (MIGUEL, 2014).

Sendo o indivíduo o principal agente da ação política e concebendo-os como indivíduos abstratos, destituídos dos processos históricos, econômicos e políticos de formação, a concepção liberal desconhece que os partidos políticos, controlados por agentes detentores de volumes expressivos de capitais, funcionam como instituições mediadoras entre os agentes e as classes dominantes. Os partidos passam a ser instrumentos de representação e, por conseguinte, instrumentos de interesses dos grupos econômicos.

No Brasil, especificamente, as “famílias políticas” são, quase sempre, as que controlam expressivos volumes de capital econômico e *capital político familiar*, além de constituírem uma rede de relações duráveis entre agentes que estão posicionados em cargos estratégicos no mercado e no Estado o que amplia o volume do *capital social*. São das “famílias políticas”, como tem investigado Oliveira (2012), os agentes que historicamente controlam partidos, cartórios, mídia, faculdades, bem como são beneficiadas com concessões de empresas de ônibus, beneficiadas em licitações e ocupam os melhores cargos e os mais altos salários na burocracia estatal. São destas famílias que saem, quase sempre, os *representantes políticos* para as assembleias municipais, estaduais e o Congresso Nacional.

Assim, compreender a *representação política* numa perspectiva crítica é, antes de tudo, identificar a constituição desta estrutura de poder que os agentes historicamente acumularam e a cada pleito aumenta o volume de seus capitais. As próprias campanhas têm sido inflacionadas. O voto se tornou em nossa democracia uma das mercadorias mais disputadas pelos agentes, chegando a cada Estado da federação a ter um preço de mercado. Tem-se, assim, para a *representação política* dois tipos de capitais que se tornaram essenciais ao recrutamento dos agentes para as arenas políticas: *capital econômico* e *capital político familiar*. Estes se imbricam e passam a constituir

distintivos que permitem o acesso dos indivíduos em sua maioria aos cargos eletivos e de representação política na Segunda República. Ora, com eles, mantem-se a íntima relação entre os “políticos tradicionais” e os empresários. Estes financiando aqueles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes atuam na “cena política” em nome dos cidadãos, mas adentram ao espaço por meio dos capitais acumulados historicamente. As regras (arcabouço jurídico do Estado) que lhes permitem ter acesso ao campo da política por meio dos partidos torna todo e qualquer cidadão igual perante a lei, construindo para assintomática ilusão de que as disputas são iguais entre qualquer cidadão e que o voto é mesmo para qualquer um. Por meio de uma análise que tem por base a produção material, social e simbólica da existência, constata-se que grupos que tendem a “monopolizar a gestão política nos espaços e instâncias de representação e que, pelo domínio dos segredos e labirinto da política – e de suas normas e linguagens – conseguem manter ou aumentar seus privilégios, enquanto setores específicos” (OSORIO, 2014, p.56) constituem classe reinante e detém determinados tipos de capitais, que são escassos a outros grupos.

Estes agentes “representantes no parlamento”, herdeiros das oligarquias, por exemplo, quase sempre, atua em outros cenários que possibilita o fortalecimento do capital social. Estabelecem laços com aqueles que pertencem à classe reinante e a classe política, através do acesso a espaço como clubes, lugares de descanso, o que fortalece e amplia os vínculos para com o universo familiar. Participam de atividades e eventos que se dão os encontros e a busca de acordos para impulsionar políticas determinadas. Esses espaços possibilitam redes de alianças entre os indivíduos, mas também e fundamentalmente entre os grupos. Os laços se estendem do espaço familiar para os espaços públicos. Trata-se de estratégias que possibilitam acordos entre grupos familiares, políticos e econômicos.

Nos mais altos escalões dos “órgãos onde se realizam os grandes negócios – o Banco Central, o BNDES, o Ministério das Telecomunicações, a PETROBRÁS, o comando da economia – a figura do servidor público, muitas vezes, desaparece”. Os postos são ocupados por empresários privados, por seus representantes diretos ou por arrivistas que sabem extrair o máximo de curtas passagens pelo poder. Se é verdade que a lógica dos negócios sempre influenciou a lógica do governo, nunca, como dantes, ambas se confundiu tão completamente, como na Segunda República. As “famílias políticas” históricas, atrelada à elite empresarial, ocupam os espaços de maior decisão

da república brasileira. Ocupar, através da representação, o espaço de lutas que se configura no Congresso Nacional, é estratégico. Pois, a partir daquele, estende-se a outros órgãos a influência no sentido de ocupar o aparelho de Estado. Empresários e lobistas atuam no coração do governo.

Sem a análise da produção material e simbólica da vida social, a democracia passa ser entendida em termos procedimentais dos quais se separa a esfera política da esfera econômica. Ao realizar tal separação perde-se o essencial, pois pela esfera da economia realiza os processos de desigualdades. Os cidadãos e os indivíduos concebidos de forma atomizada e abstrata, no reino da política, tornam-se iguais. São, por assim dizer, deslocados da sua materialidade histórica e inseridos na superficialidade do dever ser da esfera jurídico-política, na qual todos são iguais perante a lei. Embora se reconheça que procedimentos jurídico-políticos sejam importantes à construção da democracia, não se pode pensar a *representação política* e atuação dos agentes a partir das garantias jurídicas tão somente. É preciso ir além. O ir além implica em analisar o que promove os processos de diferenciação social e política. As raízes desses processos se encontram no reino da economia material e simbólica da existência.

O modelo de democracia deliberativa ao não levar em consideração a produção material da sociedade concebe a igualdade tendo a sociedade como uma unidade orgânica. A lei é que garante a igualdade entre os indivíduos. Essa igualdade se dá no âmbito das liberdades negativas. Não se têm, assim, materialmente, as condições objetivas para que essa igualdade ou oportunidades sejam efetivadas o que proporcionariam liberdades positivas. Do ponto de vista dos procedimentos jurídicos todo e qualquer voto é igual. Na realidade objetiva das coisas há votos que valem mais que outros. Este valor não se concebe em seu sentido numérico, de sua unidade e de sua contagem, mas no sentido que se realiza no campo político exercido pelas forças dos agentes. Ou seja: existem agentes que por possuírem expressivo volume de capital (econômico, político, cultural ou social) têm maior incidência na definição dos votos. O dono de uma empresa de televisão tem a possibilidade de orientar para seus interesses o voto dos telespectadores, algo que não está ao alcance do porteiro da mesma empresa. O raio de influência de um eleitor que é dono de uma empresa é superior ao raio de influência de um cidadão comum.

Partindo de uma perspectiva que tem a economia material e a economia simbólica como base de sustentação do argumento, verificando os agentes situados dentro do campo e as posições que estes ocupam no aparelho de Estado, faz-se necessário pensar o recrutamento parlamentar e, por conseguinte, a *representação política* a partir da estrutura de capital construída pelos agentes situados na materialidade da vida social, por meio de *genealogias* e levantamento *estatístico do patrimônio* do grupo familiar que pertence. Isto não é algo tão simples, pois requer conhecimento

da história do grupo social ao qual o indivíduo pertence, bem como análise de trajetórias e outros instrumentos que possibilite mensurar o volume do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Nova Letra, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação**. Campinas, São Paulo, Papirus, 2000, p. 60.

LEWIN, Linda. (1993) **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MONTEIRO, José Marciano. **Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família (s) Ernesto- Rêgo em Queimadas/Paraíba**. Dissertação de Mestrado, PPGCS: Campina Grande, 2009. (168p.)

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. [Tradução de Fernando Correa Prado] – 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. [Tradução de Monica Baumgarten de Bolle] – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 9-43.

TERUYA, Marisa Tayra. **Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970)**. Tese de Doutorado. FFLCH- USP, São Paulo, 2002.

RELATIONSHIP AND POLITICAL REPRESENTATION: CAPITAL STRENGTH POLITICAL FAMILY IN LEGISLATURE 54th NATIONAL CONGRESS

ABSTRACT

In recent legislatures has been observed, from DIAP data (2014) and TSE (2015), the bench relatives has increased in various positions of political representation of the Brazilian Republic. The proposal seeks to establish relations between kinship and political representation in a way that allows us to present the relationship between recruitment of political leaders and family political capital in the 54th Legislature Congress. It will take the 54th National Congress Legislature as the object of analysis. It is to understand to what extent the family political capital matters to the formation of recruiting staff for political representation within the National Congress? Methodologically far shall be use of genealogies, documentary research and descriptive statistics. It is intended, therefore, demonstrate the strength of family political capital as an analytical category, able to explain the access of a significant part of parliamentarians to the National Congress.

Key-words: Kinship. Political Representation. Family Political Capital